



AS RELAÇÕES POLÍTICAS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: REFLEXÕES HODIERNAS SOBRE UMA DEMOCRACIA AMEAÇADA NO SÉCULO XXI

Inaiá Brandão Pereira¹
Tânia Maria Hetkowski²

Eixo – Produção Científica

Resumo

A conjuntura social no Brasil, especialmente nos últimos cinco anos do século XXI, apresenta sintomas de agravamento da degradação das relações políticas e de ataques às bases de sua democracia. O surgimento de movimentos políticos como “Escola Sem Partido” e de combate a “Ideologia de Gênero”; as redes sociais e os ataques que incentivam rede de ódio e fake news; ações xenofóbicas; agressões à população de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais – LGBTQI+; racismo extensivo aos indígenas, negros e quilombolas; ataques às Universidades, professores e à ciência; ao pensamento das obras de Paulo Freire e; a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, com objetivo de exercer uma política institucional autoritarista e fascista, baseadas em ideologias de cunho conservador, misógino e negacionista, constituem-se como a materialização dessas dinâmicas sociais deste século. A partir deste contexto que esse trabalho objetiva construir reflexão epistêmica sobre as relações políticas estabelecidas na sociedade brasileira, que indicam uma degradação da política institucional do Estado e ameaça aos princípios democráticos que reverberam nas concepções e na elaboração de políticas sociais, econômicas, culturais e educacionais. Para isto, utilizaremos como abordagem metodológica uma revisão de literatura, baseado nas obras de Hannah Arendt e Enrique Dussel, com intuito de fundamentar uma pesquisa documental, baseada em textos jornalísticos; documentos institucionais e de movimentos políticos, por meio digital, com intuito de tecer uma análise da conjuntura social e política no Brasil. Deste modo, apresentaremos aqui reflexões, análises e resultados parciais de uma pesquisa autoral em processo de construção no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Palavras-chave: Política. Educação. Fetichismo do poder

Introdução

Como todo momento histórico, o século XXI é perpassado por dinâmicas oriundas dos distintos fatos ocorridos no passado, assim como no tempo presente, a sociedade é configurada

¹Professor da Rede Estadual de Educação da Bahia – SEC-BA; Doutorando em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/ UNEB; inaiabrandao@hotmail.com

² Professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Doutora em Educação – UFBA; hetk@uol.com.br

por escolhas e decisões de nossos antepassados: insurgências, lutas que materializam a heterogeneidade de uma sociedade, em que conflitos marcam a historicidade e demonstram as peculiaridades do capitalismo e suas implicações sociais. Estas materializadas, dentre outras formas, em uma “sociedade de classes”, tal como já denunciavam Karl Marx e Friedrich Engels (1999), ao afirmarem que a sociedade burguesa moderna não aboliu os antagonismos de classes, já existentes na sociedade feudal, mas foram substituídas por novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta, aprofundando os antagonismos de classes em dois vastos campos opostos: a burguesia e o proletariado.

Assim, os antagonismos de classes, especialmente no Brasil, ganham cada vez mais complexidade e se fazem presentes nas suas mais diversas formas de opressão. Os interesses de uma classe privilegiada e branca, articula diversos movimentos políticos, ideológicos e partidários, contraditórios em sua gênese, ganham notoriedade e ocupam as instâncias da política institucional, acentuando as polarizações entre narrativas políticas de esquerda e direita, intolerâncias ideológicas, agressões de gênero e classe entre outras desconstruções de fatos históricos. Dentre esses movimentos, destacam-se meta-narrativas (LYOTARD, 2002), construídas e defendidas por setores conservadores, expressadas em pensamentos e ações xenofóbicas; violências à população de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais – LGBTQIA+; racismo; articulações e narrativas como a “Escola sem partido” e combate a “Ideologia de Gênero”; ataques ao pensamento teórico de Paulo Freire; “demonização” do comunismo e limpeza do “marxismo cultural” existente nas escolas; desqualificação da profissão docente; transferência de responsabilidade do estado-nação para instituições escolares; redução de investimentos desvalorização da ciência; uso e banalização da religiosidade entre outras barbáries extensivas aos pobres, mulheres e LGBTQIA+.

Movimentos pautados em uma falsa “moralização” da educação e que ganham alicerces em princípios ético-religiosos. Soma-se a tais fatos, a ascensão de um governo federal brasileiro no ano de 2019, defensor destas e de outras concepções que ameaçam a democracia, a Constituição Federal e ao Direito de os sujeitos viver, estudar, ter atendimento à saúde e livre arbítrio.

A breve contextualização fundamenta a construção de uma reflexão sobre as relações políticas constituídas na sociedade brasileira, que indicam para uma degradação da política institucional do Estado-mínimo e ameaça os princípios democráticos que reverberam sobre as

concepções educacionais. Assim, apresentaremos aqui ponderações com base nos resultados parciais de uma pesquisa de Doutorado em processo de construção no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Metodologia

A construção deste trabalho está fundamentada em dois procedimentos metodológicos basilares: revisão de literatura e pesquisa documental. Na primeira etapa de pesquisa deste trabalho, foi construído uma revisão de literatura com base nas contribuições teóricas da filósofa Hannah Arendt e do filósofo Henrique Dussel, com intuito de constituir bases teóricas para o entendimento dos conceitos de Política e Fetichização do poder político. A compreensão de tais conceitos fundamentam a segunda etapa, para o desenvolvimento deste trabalho, a qual consiste em uma pesquisa documental, baseada em textos jornalísticos e outros documentos disponíveis em meio digital, para fundamentação e análise da conjuntura social e política no Brasil nos anos de 2019 até 2021. Vale-se ressaltar que, neste trabalho, serão apresentados alguns resultados desse processo de investigação, ainda em desenvolvimento.

Resultados e Discussão

A política, então, deve ser entendida como algo inerente às relações humanas em sociedade, permeada e fortalecida pelo debate, em um movimento, dentre outras coisas, de comunhão e respeito à diversidade de saberes e perspectivas. É o princípio de que a política, como afirma Hannah Arendt (1999), trata da convivência entre os diferentes, do respeito e da dignidade humana, possibilitando que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. (ARENDR, 1999, p.21-22). A ‘diferença’, então, está no cerne da constituição de relações humanas, na gênese da política, nas formas de organização da sociedade e na sua estruturação.

A perspectiva de Hannah Arendt, apresenta os princípios fundamentais para constituição de uma vida social e democrática, fundamentos à compreensão de que a política é inerente às nossas relações sociais e para isso, precisamos estar atentos às tentativas de cerceamento da liberdade e das diferentes ações totalitárias que emergem na nossa sociedade. Movimentos políticos e ideológicos de cunho conservador, como o “Escola Sem Partido”, buscam uma desconstrução de valores e princípios democráticos, do direito à liberdade e legitimação de um processo educacional “acrítico”. A referida proposta surge no cenário brasileiro a partir do ano

de 2004, liderada pelo advogado Miguel Nagib e consiste em “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do Ensino Básico ao Superior”.

De acordo com este projeto e registrados no site do grupo³, os defensores explicitam uma proposta para combater o que denominam de “doutrinação ideológica” no ambiente escolar, materializado na atuação de professores que transmitem uma visão crítica, mas que representam “um exército organizado de militantes travestidos de professores a prevalecer-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Além disto, defendem a aprovação de projetos de leis em todas as instâncias (Federal, Estadual e Municipal), disponibilizando modelos para que parlamentares possam utilizar como padrões a serem apresentados e aprovado nas Assembleias Legislativas de todo Brasil.

O processo de desconstrução e degradação das relações políticas, presentes nesses movimentos, não podem ser considerados ingênuos ou isolados. São ações que mobilizam atores sociais que se articulam com uma proposta de sociedade maior, visam a implementação de suas concepções ideológicas nas estruturas da política institucional e na promoção de políticas públicas do Estado, fortalecendo o poder político fetichizado. As concepções para o entendimento do “fetichismo do poder” são concebidas pelo filósofo latino-americano Henrique Dussel, quando destaca que o poder fetichizado se estrutura na materialização da “vontade de poder” (DUSSEL, 2007) dos representantes e dos políticos (como costumamos afirmar em nossos cotidianos) que buscam controlar e dominar o povo e seu poder político originário (a *potentia*).

Isso caracteriza uma inversão espectral da composição do poder político. As instituições, o representante ou o governante agem como se fossem os únicos detentores e símbolos do poder político, aparecendo assim como fundamento de toda política, quando o fundamento é o povo (*potentia*). É preciso reafirmar que em uma sociedade democrática, a constituição do poder político possui como fundamento o povo e o poder político originário, a *potentia*, tal como afirma Dussel (2007). É a partir de um consenso, ou princípio da consensualidade, que o povo estrutura e constitui a política institucional, a *potestas*.

É neste movimento de inversão, em que não predomina a relação positiva da política, mas sim um processo de fetichização do poder, que operam os totalitarismos, a violência

³ <https://www.escolasempartido.org/>

institucional, na necropolítica (MBEMBE, 2018) e que, por conseguinte, poder culminar com o processo ou com a degradação da política no âmbito do Estado brasileiro (tomando este como a *potestas*, o poder institucionalizado em nosso contexto social). Sendo assim, são diversas as formas em que o poder fetichizado é manifestado nas ações políticas dos governantes, tais como podem ser observadas em dois fragmentos de documentos jornalísticos publicados em 2019 e 2020, quando das tentativas de censura no âmbito da Agência Nacional do Cinema - ANCINE,

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (19) que se o governo não puder impor algum filtro nas produções audiovisuais brasileiras, por meio da Agência Nacional do Cinema (Ancine), ele extinguirá a agência. (...) a Ancine é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. (...) "Vai ter um filtro sim. Já que é um órgão federal, se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine. Privatizaremos, passarei ou extinguiremos". (O GLOBO, 2019) .

Em 2019 os ataques não pararam e o edital de projetos sobre diversidade (que contempla projetos com temáticas LGBTQI+) voltado a TVs públicas foi suspenso. A suspensão veio após Bolsonaro criticar alguns projetos pré-selecionados. Lançado em março de 2018, com recursos previstos de R\$ 70 milhões a diversidade proposta, englobando 12 categorias, entre elas raça, religião e meio ambiente. (MÍDIA NINJA, 2020).

No primeiro recorte, a caracterização da conjuntura social brasileira, nesta segunda década do século XXI, na qual se configura a ameaça e ataque do governo federal às instituições que consolidam o “estado de direito”. Nesse caso, com regulação e subjugação ao controle ideológico do Estado, sobre as ordens do Governo Federal liderado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, ameaçam a liberdade de expressão da produção cultural no país, concretizadas, nesta situação, em construção de “filtros” (potenciais censuras) à produção audiovisual no país, subjugando a produção cultural aos interesses ideológicos de um governo, ao invés de contemplar a diversidade de pensamento e concepções de sua população. A preservação da autonomia destas agências, dentro da regulamentação do Estado e fiscalização da sociedade, é fundamental para construção de uma sociedade democrática, desde que respeitadas a diversidade cultural, pluralidade sociopolítica e dignidade humana para toda população.

Conclusões

Nesta escrita escolhemos alguns fatos e aproximações teóricas que denotam dinâmicas e processos a constituição as relações políticas em sociedade. São inúmeras as ações, do atual Governo Federal, que degradam o princípio fundamental da política como promotora do bem-estar social digno de toda sociedade. Aviltamento contra pobres e mortos na pandemia;

arrefecimento aos direitos de acesso a saúde; despolitização da escola como espaço público; desqualificação da ciência e dos pesquisadores brasileiros; processos de corrupção e privatização dos bens públicos; poder maquiavélico pelo representante maior da nação; empobrecimento e retaliação aos pobres e miseráveis e ameaças a democracia e aos direitos garantidos na CF/1988. Tudo isso e muito mais representam o fetichismo e poder, em detrimento de um exercício do poder obediencial (voltado ao princípio de servir ao povo que vos elegeram).

Expressões de fetichização do poder são visivelmente notáveis em todas as instâncias do campo político institucional do nosso país, mas em especial no governo federal, o qual mina, negativamente, gentes, cidades, estados e regiões. Sejam representantes políticos que se articulam em movimentos como o “Escola sem partido” ou governantes em âmbito federal quando tentam esvaziar os debates sobre questões sociais básicas e; promover o negacionismo do conhecimento científico, potencializados no período pandêmico com posicionamentos anti-vacina e anti-ciência. Porém, todos estes eventos não impedem os ventos da esperança, que continuam a soprar nos movimentos sociais, nos grupos de ativismo em rede, nas instituições solidárias e de coletivos organizados e, nas ações desenvolvidas nas escolas, as quais buscam uma ação legítima à construção de políticas para melhoria da vida da população pobre e vilipendiada.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.
- DUSSEL, Enrique. **20 teses de política.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular/Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2007, 184 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Rocket Edition, 1999.
- LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- MAZUI, Guilherme. Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine', diz Bolsonaro. **G1**, Brasília, 19 de jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml> Acesso: 20/07/2019.

DANIEL, Rachel. O desmonte da ANCINE e do cinema brasileiro desde a posse de Bolsonaro. **Mídia Ninja**. 19 de Jun. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/news/o-desmonte-da-ancine-e-do-cinema-brasileiro-desde-a-posse-de-bolsonaro/>